

Serviço social: o desafio ético e a identidade enquanto trabalhadores¹

Joaquina Barata Teixeira*

Renovo meus cumprimentos aos colegas assistentes sociais que nos honram com suas presenças, conselheiros/as do CRESS Paraná, estudantes, convidados, pessoal de apoio.¹

O segundo tema que vamos tratar aqui diz respeito a uma questão que nossa categoria precisa enfrentar sem subterfúgios, quando conclui sua formação universitária e assume um trabalho profissional como assistente social em qualquer das áreas do Serviço Social: quer no SUAS, quer no SUS, quer no SESI/SESC/SENAI/SENAC, quer na área jurídica, quer na docência, quer no trabalho com etnias, quer em área administrativa, quer na questão racial, dos LGBTs, etc.

Que questão é essa?

A questão é: onde situamos o trabalho do assistente social, tanto como profissional isolado, como categoria coletiva, nesta sociedade

capitalista em que vivemos, que sabemos ser uma sociedade cindida?

Por que cindida?

Cindida porque, de um lado, temos uma multidão que vive de seu trabalho (e muitos até sem essa oportunidade, desempregados, precisando de proteção social), e de outro lado uma minoria muito rica, muito poderosa, que não trabalha, mas só administra seu capital, sua fortuna, que não é mais de milhões, mas de bilhões (não de reais, mas de dólares).

A crítica da economia política traduz essa sociedade como uma “sociedade de classes”, cuja relação básica, estrutural é a relação Capital x Trabalho. E nessa relação capital x trabalho localiza-se a determinação para que tenhamos uma sociedade extremamente desigual, vergonhosamente desigual, desumanamente desigual.

São classes sociais cujas relações não são pacíficas, porque têm interesses antagônicos e, embora nem sempre conscientes, estão mergulhados numa luta social, numa luta de classes.

Eu trouxe aqui para vermos, alguns dados da listagem da FORBES de 2014, que apresenta os grupos mais ricos do Brasil e suas respectivas fortunas².

1. Organizações Globo	US\$ 28,9 bilhões
2. Banco Safra	“ 20,1 “
3. Grupo Votorantim	“ 15,4 “
4. Banco Itaú	“ 12,4 “

Entre eles vamos encontrar o Bradesco com US\$ 4,5 bilhões, a JBS com US\$ 4,3 bilhões e a Odebrecht com US\$ 3.9 bilhões.

Para eles, 2 milhões de propina que dão para o Aécio, para o Eduardo Cunha ou para o Temer, são gorjeta. Não lhes fazem falta.

¹ Palestra proferida pela autora em Ponta Grossa – Paraná, na data de 21/05/2018, durante o evento em comemoração ao dia do Assistente Social, realizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e pelo Núcleo Regional de Serviço Social de Ponta Grossa – NUCRESS/PG.

* Possui graduação em pela Universidade Federal do Pará (1963) e mestrado - (1985) em Planejamento do Desenvolvimento-NAEA (UFPA). Professora Aposentada da UFPA. Coordena desde 2001, a pós-graduação lato-sensu a distância na área do Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional. Coordenou o primeiro curso de aperfeiçoamento, financiado pela SUDAM, que certificou técnicos dos polos: Altamira, Itaituba, Santarém, Marabá, Belém e Castanhal e que foi encerrado com sucesso. Coordenou o I Curso de Especialização a distância na mesma área (PLANEAR I), encerrado em 2004, com concentração em Planejamento Ambiental e está coordenando o PLANEAR II e III. Contribui ainda na elaboração de projetos e programas dos cursos de pós-graduação. Experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, política social, força de trabalho, planejamento e ocupação. Planejamento Estratégico e Ouvidora da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Membro do Comitê Executivo da International Federation of Social Workers (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais), em dois mandatos (de 2002 a 2005 e 2005 a 2008). Exerceu o magistério no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 1972 a 1996. Foi Pró-Reitora de Planejamento na UFPA entre 1993 e 1997. Especialista em Administração universitária EUA/UFAL. E-mail: joaquina@ufpa.br. 1

² Publicada no livro de 2014 de Silvio Garcia Bava, cujo título é: Thomas Piketty e o segredo dos ricos. São Paulo. Editora Veneta, 2014

Por isso, nem Temer, nem Aécio, nem Rodrigo Maia, nem Eunício Oliveira estão no poder. São simplesmente lacaios, servos obedientes desses donos do dinheiro.

Essa realidade desigual com sua base econômica injusta é ocultada pela mídia e até por algumas ciências conservadoras, como a de Milton Friedman, de Hayek, e de uma economia política majoritariamente ensinada nas Universidades, profundamente capturadas pela ideologia dominante.

O Serviço Social rompeu com essas ciências conservadoras que eram ensinadas em seus primórdios. Optou, em seu trajeto histórico, por uma teoria crítica e um método dialético histórico que desvenda o lado invisível dessa sociedade de classes antagônicas.

O lado invisível dessa apropriação, pelo Capital, do valor trabalho, só foi desvendado pela obra “O Capital”, com o subtítulo “A crítica da economia política”, obra que permite identificar como a riqueza produzida pelo trabalho é drenada para as mãos do proprietário dos meios de produção. O salário que o trabalhador recebe é apenas uma pequeníssima parte da riqueza produzida por seu trabalho. A maior parte vai para a conta bancária do capitalista e se chama “mais valia”

Por isso, o trabalhador nunca enriquece, só lhe restando vender sempre sua força de trabalho.

Adam Smith, um economista clássico, chegou a identificar que só o trabalho gera riqueza. Ele se fez várias perguntas e respostas no livro “A riqueza das nações”:

- De onde vem a riqueza? perguntou

- A riqueza vem da terra? já que você planta e o produto brota (o milho, o arroz, o trigo, o feijão).

Mas depois ele sacou: não, não vem da terra, porque alguém precisa jogar a semente, precisa plantar. E concluiu com sabedoria: “a riqueza vem do trabalho”.

Mas o que Adam Smith não percebeu, não sacou é que a riqueza decorrente do trabalho seria apropriada pelo Capital. Não descobriu a “mais valia”.

E a mais valia é o segredo da acumulação de capital.

Alguns teóricos têm uma leitura restritiva da classe trabalhadora, achando que só o operário de fábrica é o sujeito histórico da transformação

social, que só ele é explorado, que só ele é trabalhador.

No contexto em que vivemos hoje, em que tudo vira mercadoria, como a educação e a saúde, generaliza-se a exploração e a apropriação do valor trabalho.

O que define mesmo o trabalhador é o fato de ele não ter a propriedade dos meios de produção e que, para atender suas prioridades ontológicas e de sua família (necessidades básicas para continuar vivendo), tem que vender sua força de trabalho, e receber um salário.

Os trabalhadores vivem de salário, ganham o pão com o suor de seu rosto. O capitalista consome o caviar e a lagosta sem suor nenhum. O mais difícil de tudo isso é que essa ordem econômica e social injusta é referendada e assegurada pela justiça, pelo Estado pela política e pelas forças armadas, por isso a luta é complexa e tem várias frentes.

Via de regra os assistentes sociais vivem de salário. E é com o salário que pagam suas contas tanto os assistentes sociais como outros profissionais que não são proprietários dos meios de produção. São Isso já acontece com os médicos que não são os donos de clínicas e hospitais. Acontece com os professores, que não são donos das instituições educacionais privadas. Acontece com os engenheiros, que não são proprietários de empreiteiras nem dos meios de produção.

Diante dessas classes fundamentais, o Serviço Social em sua trajetória optou por estar ao lado do trabalho e não do capital. Esta opção está presente nos seus fundamentos teórico-metodológicos, em suas diretrizes curriculares, em seu Código de ética, e em seu projeto ético-político.

Essa é a nossa identidade e aí se localiza o nosso desafio ético-político. É nessa condição de trabalhadores desempregados ou de salário mínimo que se situam as graves situações que nossas populações apresentam ao trabalho do Assistente Social.

Os assistentes sociais testemunham situações incríveis, dolorosas, injustas, algumas das quais nos fazem chorar. Aí se situa a grande luta por direitos sociais, a grande luta por direitos humanos, a grande luta por políticas sociais, por assistência social como direito. Aí se situa esse embate capital versus trabalho.

Os nossos 50 anos de profissão regulamentada nos mergulharam no coração e nas feridas dessa desigualdade social, nos fizeram conhecer o descaso do Estado republicano, a miséria, a indigência e o aumento progressivo da violência em todos os campos, impondo-nos, a nós e às nossas entidades, abandonar a herança teórica do Serviço Social conservador, para recorrer a outras fontes clássicas, na busca de um horizonte que nos ancorasse, por meio do qual pudéssemos ir à raiz das determinações da questão social em sua face contemporânea.

E esse horizonte é o resgate da teoria crítica e a opção por um projeto ético-político emancipador, que esteja na base de um projeto ético-político profissional³, porque sabemos que entender as mudanças profundas porque passa hoje o mundo é uma condição para transformá-lo.

Esse entendimento nos impõe rever permanentemente os nossos instrumentos conceituais e técnicos. Hoje, por exemplo, somos obrigados a enfrentar nas academias a pós-modernidade como crise do pensamento, porque a luta de classes não está só no campo da materialidade, mas da subjetividade também, universo do conhecimento e da política.

O enfrentamento da pós-modernidade é o embate processual filosófico de nosso tempo. Diz Marilena Chauí (1995), que algumas categorias de uma filosofia crítica, entre as quais as noções de subjetividade universal e de intersubjetividade, pressupostos da busca de princípios e valores universais, que nos ancoram contra a violência, estariam em crise.

Para ela, “o pós-modernismo é uma ideologia do capitalismo neoliberal, ao afirmar que as antigas idéias de razão, universalidade, consciência, liberdade, justiça e responsabilidade (...) perderam a validade”, esse pós-modernismo põe fim à busca de valores universais e dá lugar apenas à individualidade a qualquer preço, cujo modelo e referência a ser perseguida está em uma meia dúzia de pessoas muito ricas e muito famosas, as quais são referência para a busca desesperada de riqueza e fama, por meios violentos se preciso. Os big brothers da vida são símbolos grosseiros dessa referência. Tudo empurra a humanidade

ao egoísmo e ao individualismo, porque essa é a subjetividade do capital.

É grande a influência da cultura individualista”. Todos vivem o risco de colocar os interesses privados não só acima, mas contra os interesses coletivos, na vida privada e na esfera pública, no espaço do partido, no espaço do poder político, no espaço do trabalho, no espaço inclusive da família, onde a disputa moral entre o coletivo e o individual invade todos os poros da vida.

Por isso tudo precisamos perseguir um projeto ético-político, no sentido de que resgatemos uma referência emancipadora, no sentido de que haja a compreensão de que estamos todos na mesma jornada, de que não há liberdade para ninguém se um só membro da comunidade humana (e não se trata de um, mas da maioria), se encontra oprimida.

Mas convém elucidar essa concepção de interesses coletivos, que baliza a nossa ação, para não nos perdermos numa concepção muito difusa e muito abstrata de coletividade que se confunde com a universalidade liberal e não ajuda em nada a romper com o individualismo que leva à violência.

O que é o interesse coletivo? É a coletividade o somatório dos interesses de todos os indivíduos? Que interesses coletivos balizam uma fronteira ética que impõe limites ao individualismo?

Voltando aos cientistas políticos modernos, Rousseau, por exemplo, estabelece como critério da legítima soberania política a sua inspiração em uma vontade geral. Essa postulação rousseauiana, em uma leitura a nosso favor como diz Levy, pode se constituir como crítica da vontade particular e, portanto, como crítica ao individualismo? Pode, mas não é suficiente.

Pode-se identificar a vontade geral de Rousseau com a vontade coletiva da teoria crítica? Creio que não. Creio que se pode ver uma aproximação, mas não uma identificação, porque em uma sociedade partida, cindida, são inviáveis as condições a uma vontade geral, daí que o conceito de vontade coletiva, como expressão do interesse coletivo de que falamos, deve ser a vontade que persegue e busca uma universalidade real, e não formal, real, sincera e autêntica, capaz de consolidar o que chamamos o sujeito coletivo, enquanto sujeito ativo da história. Sujeito que deve dar não só a direção política no rumo

³ No mundo, são 81 anos de organização, interrompida pela 2a. guerra mundial e retomada a 51 anos

de transformações societárias, mas também e sobretudo a direção cultural (intelectual e moral).

E não é qualquer sujeito coletivo, mas o Sujeito coletivo que acumulou perdas históricas no plano econômico social, que sempre perdeu e que quer recuperar o legado construído e deixado pelo trabalho e que foi apropriado egoisticamente em nosso mundo de hoje por cerca de 400 pessoas muito ricas, donas do mundo. Universalidade incluindo os que sempre perderam. Isto tudo remete a outro elemento: o elemento de nossa organização enquanto trabalhadores, enquanto trabalhadores em geral e enquanto trabalhadores sociais, isto é, enquanto categoria profissional particular.

Combinar as aspirações profissionais, os projetos profissionais, com os interesses dos trabalhadores é perfeitamente legítimo e possível. Não há organização, nem processo político, nem perspectiva emancipadora, sem esse excitante desafio e essa sabedoria de equilibrar o projeto profissional e o projeto de sociedade.

É por isso que a nossa categoria profissional tem mais que um projeto profissional. Nossa categoria tem um projeto ético político profissional, já explicitado aqui.

Ao explicitarmos um projeto ético-político e os nossos compromissos com os princípios da liberdade, da justiça, da igualdade, buscamos mais do que uma competência técnica profissional, buscamos uma eficácia e efetividade ético-política, que se traduz numa permanente luta e trabalho por direitos universalizados e por respeito aos nossos povos, ao nosso usuário-cidadão.

Por meio de nossas organizações: CFESS, ABEPSS, ENESSO, SINDICATOS, nos integramos na construção dessa vontade coletiva, afirmando, numa dimensão particular, um esforço convergente ao sujeito coletivo que assumirá a direção social, política e a direção cultural no rumo de uma vida feliz, porque esse é que deve ser o nosso destino e não a barbárie.

Por tudo isso, tenhamos a coragem de nos comprometer com algo maior, que deve estar na base de nosso exaustivo, às vezes incompreendido, desafiante, mal pago e cansativo trabalho, para o qual sempre faltam recursos. Tenhamos a coragem de exigir e cultivar a apropriação de uma teoria crítica. Tenhamos a coragem de denunciar o individualismo, que obscurece e trava a direção social e política e a direção intelectual e

moral no rumo da felicidade individual e coletiva a que temos direito.

Não desanimemos, organizemo-nos cada vez mais. A história do Brasil é também a história de lutas heroicas pela liberdade.

Todas as formas anteriores de sociedade que oprimiam o trabalho, como a sociedade feudal e a sociedade escravocrata, ruíram. A sociedade capitalista também não é eterna, porque a história está sempre em movimento e temos que ultrapassá-la antes que ela nos destrua.

Como eu sempre digo, o capitalismo tem os seus intelectuais orgânicos que estão em Oxford, em Cambridge, em Harvard, os quais estudam mais de 12 horas por dia para aperfeiçoar a dominação e são vitoriosos sempre que o neoliberalismo retorna.

Temos que estudar mais do que eles, temos que nos unir mais do que eles. Temos que ter argumentos superiores ao deles. Se nos acomodarmos, o capital arranca tudo de nós.

Uma outra sociabilidade humana é urgente, para que nossa juventude se liberte, para que os bebês que ainda estão no ventre de suas mães não sejam mais atingidos por balas perdidas, para que seja vencido o racismo, o machismo, a homofobia e todas as formas de discriminação e opressão que são permeadas pela luta de classes.

Esse é o nosso desafio ético-político. E vamos lutar por ele.

Finalizo com uma inspiração em Pablo Neruda, quando compara o ontem e o hoje. Posso dizer como ele: O Serviço Social:

“Deixou para trás suas sombrias origens, olvidou a uterina treva, e cresceu como a levedura levantando para cima os braços...”

Obrigada!

Referências

- ASSOUN, Paul Laurent. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo, Cortez Editora, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. S. Paulo, Edições Loyola, 1992.

HOBBS, Thomas. *Leviatã I*. In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

LEVY, Nelson. Uma reinvenção da ética socialista. In: BIGNOTTO N. et al: *Ética*. São Paulo. Cia. Das Letras, 1992.

LOCKE, John. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1964.

MORAES, Reginaldo C. C. Exterminadores do Futuro. A lógica dos neoliberais. *Revista Universidade e Sociedade*. n. 06, 1994.

NOVAES, Adauto. Cenários. In: Bignotto, N. et al. *Ética*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.

ROUSSEAU, J. J. O Contrato Social. In: Os Pensadores. Abril Cultural, 1978.

OLDESSSMANN, D. Assessor alemão da FASE. Conferência intitulada *Ética* (proferida em Belém. 22/03).

PEREIRA, P. *Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZAIDAN FILHO, M. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas, Papirus, 1989.